

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS GERAIS: UM DIAGNÓSTICO FUNDAMENTADO NA ABORDAGEM INTERPRETATIVA¹

Agricultural families potentialities and limitations in the South of Minas Gerais: a diagnose based on interpretative approach

Patricia Aparecida Ferreira², Edgard Alencar³

RESUMO

Neste estudo buscou-se identificar os objetos de orientação que assumem, para as lideranças de agricultores familiares, profissionais de ciências agrárias e autoridades municipais, o significado de fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar na região Sul de Minas Gerais. Com relação à coleta de dados, utilizou-se a técnica “focused interview”. Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento. Os resultados mostraram que o processo de orientação não é linear, pois os entrevistados estabeleceram múltiplas conexões entre diferentes objetos situacionais. Tais conexões colocaram em evidência que o aproveitamento de fatores favoráveis e a redução dos impactos dos fatores limitantes subentendem a noção de interdisciplinaridade, por representarem dimensões que envolvem diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento, teoria da ação social, fatores favoráveis, fatores limitantes.

ABSTRACT

This study aims to identify orientation objects which are for the head of family farms, agrosience professionals and town authorities, the meaning of favorable or limiting factors to the development of family agriculture in the south of Minas Gerais region. In relation to data collection, the technique ‘focused interview’ was used. The interviewees were selected by the non-probabilistic method of sampling by judgment. The results also showed that the process of orientation is not linear, once the interviewees established multiple connections among the different situational objects. Those connections highlighted that taking advantage of favorable factors and the reduction of the impacts of the limiting factors involve interdisciplinary notion, for they represent dimensions that involve different knowledge areas.

Keys words: agricultural families, development, social action theory, favorable factors, limiting factors.

1 INTRODUÇÃO

A agropecuária brasileira passou, nas últimas quatro décadas, por transformações estruturais, as quais resultaram numa nova inserção da agricultura no cenário sócio-econômico brasileiro. De acordo com Kageyama (2004), a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre campo e cidade.

Em decorrência dessas características, o rural deixou de ser somente sinônimo de agrícola, tornando-se pluriativo e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social), surgindo, assim, diversas formas de agricultura familiar, que incorporam uma diversidade de situações específicas e particulares, que variam desde o modo camponês de subsistência até as formas imbricadas de produção e comercialização mercantil.

Além de ser um segmento heterogêneo e diversificado, a agricultura familiar é uma categoria que tem relevância social e econômica, uma vez que consiste numa grande geradora de empregos e produtora de alimentos. Como observa Guedes (2003), a agricultura familiar representa atualmente 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros, empregando 77% da mão-de-obra do campo, produzindo mais de 50% dos alimentos básicos da população (ovos, aves, feijão, arroz, mandioca, milho, etc).

Assim, a noção de desenvolvimento rural que incorpora a agricultura familiar como foco central de suas reflexões demanda formas participativas de intervenção, redução de custos, uso de inovações tecnológicas, busca de novas alternativas de produção e nichos de mercado. Além disso, as estratégias de desenvolvimento rural devem pensar a agricultura não apenas no nível das propriedades, mas em termos regionais e da economia nacional como um todo, combinando, assim, forças internas e externas à região.

¹ Este artigo foi elaborado com dados da pesquisa “Agropecuária Sul-Mineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGAD/UFLA)- Rua Comandante Nélio,50 – Jardim Floresta – Lavras – MG – CEP:37.200-000 – patty82@yahoo.com.br

³ Professor PHD do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras(PPGAD/UFLA) – Rua Alamedas dos Ipês,331 – Jardim das Palmeiras – Lavras – MG – CEP:37.200-000 - eddalencar@uol.com.br

Recebido em 30/03/2007 e aprovado 18/09/2007

Quanto à elaboração dessas estratégias, os saberes ou percepções dos diversos atores sociais ligados à agricultura familiar devem ser considerados, pois tais atores são elementos relevantes para a formulação, a implementação e o monitoramento das ações voltadas para o desenvolvimento rural.

A região Sul de Minas Gerais (RSMG) tem sua estrutura agrária formada por um grande número de pequenas e médias propriedades rurais. Dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 (IBGE, 2001) indicam que existiam nessa região, em 1995, 96.521 estabelecimentos rurais (19,40% do total de Minas Gerais), das quais 91,30% apresentavam área inferior a 100 ha (43,30% com área inferior a 10 ha e 48,00% entre 10 a menos de 100 ha). A região também pode ser caracterizada pela prática de atividades tradicionais, no sentido de serem praticadas há mais de um século, como a produção de café e leite. Todavia, atualmente, os produtores estão buscando estratégias de redução de riscos e garantia de renda, diversificando suas atividades, com destaque para fruticultura, olericultura e produção de grãos.

Diante desse contexto, este trabalho procurou conhecer como diferentes atores sociais ligados à agropecuária dessa região, interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis e ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. Mais especificamente pretende-se: a) identificar e descrever os fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais e possíveis deficiências no aproveitamento destes fatores, segundo a interpretação de lideranças de agricultores familiares (LAF), profissionais de ciências agrárias (PCA) e autoridades municipais (AM); b) identificar e descrever os fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar no Sul de Minas e o potencial restritivo destes fatores, segundo a interpretação de lideranças de agricultores familiares (LAF), profissionais de ciências agrárias (PCA) e autoridades municipais (AM).

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na segunda seção discutem-se os fundamentos teóricos; no terceira seção são apresentados os fundamentos metodológicos; a quarta e a quinta seções são compostas, respectivamente, pelos os resultados da pesquisa e pelas considerações finais.

2.1 Agricultura familiar e desenvolvimento rural

A intensificação das transformações nas relações entre campo e cidade no Brasil, no final da década de 1960, dando origem à formação dos complexos agroindustriais e

ao surgimento de diferentes formas de organização da produção nas unidades agropecuárias, não deixou imune a agricultura familiar. Vários foram os termos cunhados ou reelaborados para descreverem essas unidades. Como verificaram Rocha & Paula (2005), os estudos realizados sobre a agricultura familiar apresentam divergências conceituais, uma vez que os agricultores familiares já foram denominados de colonos, camponeses e pequenos produtores, dentre outras definições. Segundo esses autores, a discussão sobre as diversas categorias que compõem agricultura familiar se fortaleceu a partir da década de 1980, período de consolidação dos complexos agroindustriais, bem como da subordinação da pequena produção ao capital. Dessa forma, os estudos sobre a categorização da agricultura familiar se depararam com uma diversidade de atores, exigindo, assim, uma classificação que abrangesse, simultaneamente, dimensões como formas de organização da produção e integração com o mercado.

Tais dimensões estão incorporadas na definição utilizada por Lamarche (1993) ao considerar a agricultura familiar uma atividade na qual terra, trabalho e família estão reunidos para um mesmo objetivo. A esses três elementos, pode-se adicionar também um quarto aspecto: o da gestão, que segundo Cardoso (2002), refere-se a um certo grau de autonomia que os produtores familiares possuem com relação a decisões essenciais sobre o que plantar e como dispor do excedente, entre outras.

A exemplo de outros autores, às vezes utilizando terminologias diferenciadas, Lamarche (1993) mostra que a agricultura familiar não é um grupo social homogêneo, encerrando, sob este conceito, uma grande diversidade de situações. Assim, a “exploração familiar” pode apresentar diversos ideais, seja a reprodução da família (modelo familiar) ou apenas a sobrevivência da família (modelo subsistência) ou, ainda, “a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um ganho máximo (modelo empreendimento agrícola)” (LAMARCHE, 1993, p. 18). Seus estudos definem quatro “modelos ideais” de agricultura familiar, com base em diferentes critérios, sendo o principal deles o seu relacionamento com o mercado: o modelo empresa, o modelo empresa familiar, o modelo agricultura camponesa e o modelo agricultura familiar moderna (ASSIS & RIBEIRO, 2005). Para fins deste trabalho, será utilizado o conceito de agricultura familiar vinculada ao mercado, caracterizada com uma unidade de produção com área modular em que predomina a força de trabalho da família, podendo apresentar diferentes níveis de comercialização e capitalização.

Segundo Rocha & Paula (2005), a agricultura familiar também apresenta uma importância social, que está relacionada à geração de emprego (agrícola e não-agrícola), à produção de alimentos, à renda e ao desenvolvimento local. E esses aspectos constituem os principais elementos do equilíbrio no meio rural, tornando-o mais dinâmico para manter a sua população. Por conseguinte, a estrutura de produção familiar deve ser entendida como um elemento essencial no processo de desenvolvimento rural. Como foi observado, para Oakley & Garfoth (1985), o desenvolvimento rural é um processo que envolve objetivos econômicos e sociais orientados para transformar a sociedade e proporcionar um meio de subsistência melhor e mais seguro para a população rural. Todavia, segundo Premebida & Almeida (2005), o espaço de encontro entre a configuração teórica e a regularidade dos discursos sobre o desenvolvimento rural leva à suposição de que o espaço comum, que sustenta estes discursos, está intimamente ligado a uma ampla estratégia econômica e política de gestão de populações voltadas para inclusão dos produtores, por meio de aplicação de dispositivos e tecnologias variadas. Por isso, consideram que a elaboração de um projeto de desenvolvimento rural dificilmente se faz sobre a homogeneidade, mas sobre diferentes mundos e interesses, os quais se interpenetram, se misturam e se conflitam.

De acordo com autores como Alberti & Mielitz Neto (2005) e Guanzioli et al. (2001), grande parte do debate que incide sobre a produção familiar concentra-se na sua pequena escala de produção e, conseqüentemente, na sua “incapacidade” de adoção de progresso técnico. Trata-se de uma noção equivocada, uma vez que é possível promover o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de técnicas modernas, que sejam relativamente intensivas no uso do fator abundante, ou seja, o trabalho. É preciso, neste caso, assinala Bittencourt (2002), estimular a participação dos agricultores familiares na formulação de políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e crédito e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não.

As políticas específicas para a agricultura familiar devem, para Rosa (1999), considerar as peculiaridades regionais e locais, incentivando as atividades geradoras de empregos, incorporando, assim, tecnologias e conhecimentos que maximizem o aproveitamento de todos os recursos disponíveis. As estratégias de desenvolvimento também devem considerar a

diversificação rural ou a agrícola como uma das proposições fundamentais. Segundo Simão (2005), a diversificação apresenta-se como uma opção de sobrevivência e melhores rendas para os agricultores familiares, ampliando o leque de produtos comercializáveis e assegurando assim o autoconsumo e a agregação de valor.

Alberti & Mielitz Neto (2005), Carney (1998), Oakley (1991) e Silva (1997) entre outros autores, observam que os processos de desenvolvimento no meio rural necessitam de projetos que tenham como características básicas a descentralização e a participação das comunidades-alvo, a partir de uma abordagem mais interativa. É preciso também explorar o potencial do espaço rural, como a paisagem, a biodiversidade, os costumes, a tranquilidade, a agroindustrialização, entre tantos outros. Ressaltam-se que o mundo rural também mantém particularidades históricas, sociais e culturais, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (ALBERTI & MIELITZ NETO, 2005). Portanto, a pesquisa e o desenvolvimento da agricultura familiar devem operar com base em uma abordagem “de baixo para cima”, iniciando com o que já existe, ou seja, a população do local, suas necessidades e aspirações, seu próprio conhecimento sobre a agricultura e seus recursos nativos sem, ao mesmo tempo, distanciar-se do macroambiente social que a envolve como parte de um todo social indissociável.

A descrição de dimensões estruturais que caracterizam o cenário em que se insere a agricultura familiar, ainda que superficial, revela a pertinência de se considerar a perspectiva de diferentes atores sociais no estudo sobre desenvolvimento rural. No caso específico deste estudo, os atores selecionados foram lideranças de agricultores familiares, profissionais de ciências agrárias e representantes da administração municipal. Procurou-se compreender como tais atores interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar. A opção de trabalhar com a interpretação levou ao emprego da teoria da ação.

2.3 Teoria da ação social

A teoria da ação possui diferentes vertentes, no entanto, o seu foco principal centra-se na interpretação que o ser humano faz do mundo como elemento central de sua conduta. As pessoas constroem respostas explicativas partindo da observação das relações entre acontecimentos no mundo que as envolve (BANDURA, 2001). Na

sociologia compreensiva, que possui em Max Weber seu principal expoente, o comportamento humano é explicado como um produto de escolhas e intenções dos atores sociais. Esta postura epistemológica é também assumida pelo interacionismo simbólico, pela fenomenologia, pela etnometodologia (LAYDER, 1994) e pela teoria social cognitiva (social cognitive theory), segundo Bandura (2001).

Para Jones (1993) e Layder (1994) tais abordagens são conhecidas também como “microteorias” por centrarem suas análises nas ações dos atores sociais e não na macroestrutura da sociedade. Todavia, são também conhecidos os esforços no sentido de aproximação ou superação do dualismo entre “indivíduo e sociedade” (macro e microanálise) conduzidos, entre outros, por Anthony Giddens (“teoria da estruturação”), Jurgen Habermas (“ação comunicativa”), Michel Foucault (“poder e conhecimento”) e Pierre Bourdieu (“prática social”), Alain Touraine (“sistema de ação política”) e Georg Lukács (“história e consciência de classe”).

A contribuição desses autores proporciona elementos novos para compreender o ambiente (situação ou contexto) como “agências” (*agencies*), isto é, “instituições” que proporcionam sistemas de crenças, capacidade regulativa, estruturas distributivas, etc, em uma sociedade por meio da qual a influência de atores sociais, individuais ou coletivos, é exercida. Não se assume, nestas novas abordagens, o predomínio das estruturas sobre o comportamento do indivíduo, nem a interpretação como explicação central da realidade social, mas que os fenômenos sociais são amplos, envolvendo “estruturas” e “interpretações”. Se a dicotomia entre macro e microanálises ou estrutura e consciência não foi resolvida no campo da teoria social, as recentes abordagens revelam-se menos dogmáticas ao aceitarem uma concepção ontológica de realidade com um conteúdo menos monolítico.

Ao enunciar a teoria da estruturação, Anthony Giddens procurou estabelecer uma abordagem para as ciências sociais que se afastasse, de maneira substancial, das tradições existentes, propondo uma síntese entre a sociologia estrutural e o funcionalismo, conjugando estrutura e ação numa única teoria (ASENSI, 2005). De acordo com Peci (2002), a teoria da estruturação de Giddens busca relacionar a ação humana com uma explicação estrutural, a partir de uma compreensão dos sistemas sociais situados no tempo e no espaço.

Segundo Giddens (1989), a estrutura representa um conjunto de regras e recursos implicados, de modo

recursivo, na reprodução social, podendo ser abstratamente conceituada como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Com relação aos recursos, observou-se também que eles podem ser de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material.

Desse modo, a noção de estrutura é fundamentalmente processual, uma vez que as práticas são padronizadas, recorrentes e situadas no tempo e no espaço. Com relação aos indivíduos, Giddens (1989) observou que eles vivem e se organizam por meio de processos dinâmicos de interação social, nos quais todos possuem potenciais que são desenvolvidos ao longo da sua vida, resultando, assim, na dimensão subjetiva da ação. Segundo o mesmo autor, existe um limiar quanto à autonomia de ação do indivíduo, sendo esta marcada pela regularidade da conduta, que não é mecânica e nem aleatória, no entanto, contém elementos que conduzem à sua padronização no tempo e no espaço, limitando, assim, a autonomia dos atores sociais. Dessa forma, emerge o conceito de dualidade da estrutura (GIDDENS, 1989), ou seja, as práticas sociais devem ser consideradas no âmbito de duas dimensões: a ação e a estrutura. A estrutura abrange as práticas sociais construídas por meio da relação tempo-espaço, enquanto o processo de estruturação consiste na reprodução dessas práticas, considerando-se também as razões e as motivações dos atores sociais para agir de determinada forma.

De acordo com Junquillo (2003), o conceito de dualidade da estrutura, definido por Giddens, permite, por um lado, um estudo analítico da ação desenvolvida pelos atores sociais e, por outro lado, um exame dos impactos da estrutura sobre aqueles mesmos agentes. Destaca-se que as estruturas podem restringir ou facilitar a ação, tendo, assim, a possibilidade de os atores alterarem seus comportamentos, uma vez que não estão passivos ao determinismo das regras sociais.

Portanto, o conceito de dualidade da estrutura, proposto por Giddens, representa uma alternativa ao dualismo sujeito e o objeto das ciências sociais, que foi tão preconizado pelas correntes do pensamento oficial, como as tradições funcionalista e estruturalista, que identificavam a estrutura como algo externo, supremo e limitador da ação de indivíduos. Ao contrapor essa visão dicotômica, Giddens revela uma relação recíproca entre ação e estrutura, uma vez que a estrutura não pode ser tratada como uma variável independente e autônoma em

relação à ação humana, enquanto a ação pode ser determinada tanto pela estrutura social como também pela capacidade dos atores sociais de intervir, reproduzir e transformar essa estrutura (JUNQUILHO, 2003).

Ao conciliar estrutura e ação humana na Teoria da Estruturação, Giddens (1989) também considera que todo ator social é cognoscitivo e reflexivo, ou seja, um indivíduo que sabe definir sua forma de agir perante a vida social. A cognoscitividade representa um conjunto de habilidades e capacidade de domínio de determinadas convenções sociais que orientam o indivíduo na vida social cotidiana. Já a reflexividade refere-se ao fato de o ser humano ser capaz de observar e entender, rotineiramente, o que faz e enquanto o faz e, ainda, estar sempre atento quanto à forma de se conduzir em relação a terceiros, considerando que esses terceiros fazem o mesmo em relação a ele. Portanto, na Teoria da Estruturação, é o uso desses saberes compartilhados e comuns aos atores sociais ou agentes que possibilita a produção e a reprodução da vida social, permitindo-lhes dar significados às suas ações.

O construto teórico campo e *habitus* de Bourdieu também se insere nessa tentativa de superar dicotomias, como objetividade e subjetividade, estrutura e *agency*, consciente e inconsciente, entre outras. Assim como Giddens, Bourdieu oferece uma síntese das perspectivas subjetivista e objetivista, entretanto, suas obras possuem uma propensão mais estruturalista.

Segundo Loyola (2002), o conceito de campo de Bourdieu fez explodir a “noção oca de sociedade”, conferindo-lhe uma nova configuração, visto que a sociedade consiste em um conjunto de espaços de jogos relativamente autônomos, que não podem ser remetidos a uma lógica social única. Portanto, cada um desses espaços constitui um campo (econômico, político, cultural, científico, etc), ou seja, um sistema estruturado de forças objetivas que é capaz de impor uma lógica à ação de seus agentes. Dessa forma, um campo é um espaço social no qual seus participantes se engajam em relações recíprocas no transcurso de suas atividades e, conseqüentemente, o sujeito não está livre para agir de acordo com sua vontade mais imediata, pois o campo representa um espaço de forças estruturadas que molda a capacidade de ação e de decisão dos atores.

De acordo com Bourdieu (1998), os campos possuem diferentes tipos de capitais, sendo estes representados pelo capital econômico (fatores de produção e conjunto de bens econômicos), capital cultural (conjunto de qualificações intelectuais), capital social (conjunto de

relações sociais que dispõe um indivíduo ou grupo) e capital simbólico (conjunto de símbolos e signos que permitem situar os agentes no espaço social). Para Loyola (2002), um campo é também um espaço de conflitos e de concorrência, no qual os concorrentes lutam para estabelecer o monopólio sobre a espécie específica do capital pertinente ao campo e o que pode ser valorizado em um campo poderá ser depreciado em outro.

O *habitus* representa outro conceito fundamental para Bourdieu (1996), sendo definido como um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação adquiridos ao longo do tempo e que permitem os atores sociais perceber, agir e evoluir com naturalidade no universo social. O *habitus* representa um operador da racionalidade prática, sendo inerente a um sistema histórico de relações sociais, transcendendo, assim, o indivíduo. Vale ressaltar que a relação que se estabelece entre *habitus* e campo é, antes de tudo, uma relação de condicionamento, ou seja, o campo estrutura o *habitus*, que é produto da necessidade imanente deste campo e que também contribui para construir o campo como um mundo significante, dotado de sentido e valor para os atores sociais (BONNEWITZ, 2003). Por isso, a perspectiva teórica de Bourdieu supera a antinomia entre as abordagens objetivista e subjetivista das ciências sociais, uma vez que a ciência social não tem que escolher entre esses dois pólos, pois a realidade social compreende, em suas relações, tanto o *habitus* quanto a estrutura.

Existe um esforço nesta pesquisa de centrar a análise na interpretação dos atores sociais envolvidos em ações voltadas para o desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais. Contudo, tal interpretação não se faz isolada de um contexto estrutural, isto é da agroindustrialização e das mudanças que ela provoca na estrutura social, na organização de interesses, na inclusão e na exclusão de diferentes segmentos sociais. Por conseguinte, sem perder a dimensão macroanalítica, este trabalho fundamentar-se-á na análise interpretativa, que tem como elemento central os significados de “objetivos”, “meios” ou “condições” de uma ação, atribuídos pelos atores sociais aos objetos de orientação que identificam em uma dada situação, ambiente ou contexto.

O conceito de significado é visto com base na perspectiva do fenomenologista Taylor (1979) e a noção de situação (ambiente ou contexto) e elementos que a compõem é retirada do “marco de referência da teoria da ação”, elaborado por Parsons & Shils (1968). Não se incorpora, neste trabalho, a concepção de “realidade sistêmica” de Parsons mas, tão somente, os elementos constitutivos da situação. A propósito, autores que, nos

últimos anos, têm dedicado ao estudo das novas teorias sociais, incluem Parsons como um dos precursores no esforço de “resolver” as questões teóricas entre a dicotomia micro e macroanálise, o que toma difícil classificá-lo como um funcionalista e positivista clássico.

Segundo Taylor (1979), quando se fala de significado utiliza-se a seguinte articulação, que pode ser observada na fase 1 da Figura 1, ou seja, o significado existe para um indivíduo e é de alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em um contexto.

Tomando como referência as duas fases já realizadas desta pesquisa⁴, construiu-se o esquema geral de interpretação (Figura 1), no qual a idéia de significado resulta da percepção que os diferentes atores sociais (produtores, profissionais de ciências agrárias e autoridades municipais) possuem de um dado objeto de orientação e está vinculada a duas dimensões analíticas: a) este objeto não é singular, pois se encontra em uma situação e está articulado com o significado que os atores atribuem a outros objetos situacionais; b) os atores presentes em uma mesma situação possuem história, experiências e habilitações que os diferenciam ou aproximam de outros atores, estão inseridos em uma estrutura social e têm interesses que podem ser conflitantes ou não com os dos demais atores.

De acordo com os teóricos da ação, entre eles Parsons & Shils (1968), a situação é a parte do mundo onde o ator atua e é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social, física ou cultural. Os objetos de natureza social são os outros atores (individuais ou coletivos), cujas ações e atitudes são significativas para o ator, tomado como ponto de referência para a análise. Objetos culturais são os componentes do ambiente que são criações dos seres humanos e podem ser classificados em componentes materiais e não materiais da cultura. Componentes materiais são os objetos físicos da cultura, instrumentos, equipamentos, construções, etc. Os conhecimentos requeridos para que esses objetos possam ser usados são classificados como componentes não-materiais da cultura. Os componentes não materiais constituem a parte do ambiente que não tem uma estrutura física (conhecimentos, valores, ideologias, normas, etc). No entanto, fornecem ao ator padrões de referência para:

a) escolher os objetivos (fins ou metas), especificando a sua legitimidade; b) eliminar ou contornar os efeitos das condições (obstáculos) sobre a ação; c) os meios adequados para atingir os fins propostos. Objetos físicos são os elementos da natureza (por exemplo, solo, clima, topografia, recursos hídricos, distância, etc.) e os componentes materiais da cultura, máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc. (ALENCAR, 2002).

A fase 2 da Figura 1 ilustra o processo de orientação do ator social voltado a um dado objeto, ou seja, percebê-lo como um potencial “fim”, ou “meio”, ou “condição”, para a sua ação. Para uma melhor compreensão dos entrevistados, os objetos de orientação interpretados como possíveis meios foram chamados de fatores favoráveis, enquanto as possíveis condições foram denominadas de fatores limitantes.

Com relação à primeira dimensão da fase 3 da Figura 1, deve-se observar que o ator pode, em um primeiro momento, identificar qualidades em um dado objeto e atribuir-lhe significado de meio (fator favorável). No entanto, a conexão que o ator estabelece entre este objeto e outros objetos de orientação pode também levá-lo a redefinir o significado inicialmente estabelecido, passando a perceber tal fator como um potencial de desenvolvimento não-aproveitado. Pode, inclusive, considerá-lo como uma condição (fator limitante) em um outro momento, uma vez que o seu significado de fator favorável está condicionado pela presença de outros objetos situacionais. A segunda dimensão analisa os objetos de orientação que foram interpretados como obstáculos (fatores limitantes). Os fatores identificados como limitantes apresentam um potencial restritivo, necessitando assim de ações que visem contorná-los, solucioná-los ou neutralizá-los. Além disso, os fatores limitantes podem reduzir o potencial de aproveitamento dos fatores favoráveis, conforme ilustra a área pontilhada da Figura 1.

Este esquema, desenvolvido na análise das informações coletadas nos dois projetos anteriores, mostra o caráter não linear do processo de orientação, uma vez que os atores entrevistados estabeleciam múltiplas conexões entre objetos situacionais de diferentes naturezas. Ao revelar tais conexões, coloca-se em evidência que o aproveitamento de fatores favoráveis e a neutralização ou redução dos impactos dos fatores limitantes ou restritivos subentendem a noção de interdisciplinaridade, uma vez que tais fatores representam dimensões que envolvem diferentes áreas do conhecimento.

⁴ A primeira fase se estendeu de 1996 a 1998 (ALENCAR et al., 2001; ESPÍRITO SANTO, 2000) e a segunda fase de 2003 a 2005 (ALENCAR et al., 2005; FERREIRA, 2007; SIMÃO, 2005).

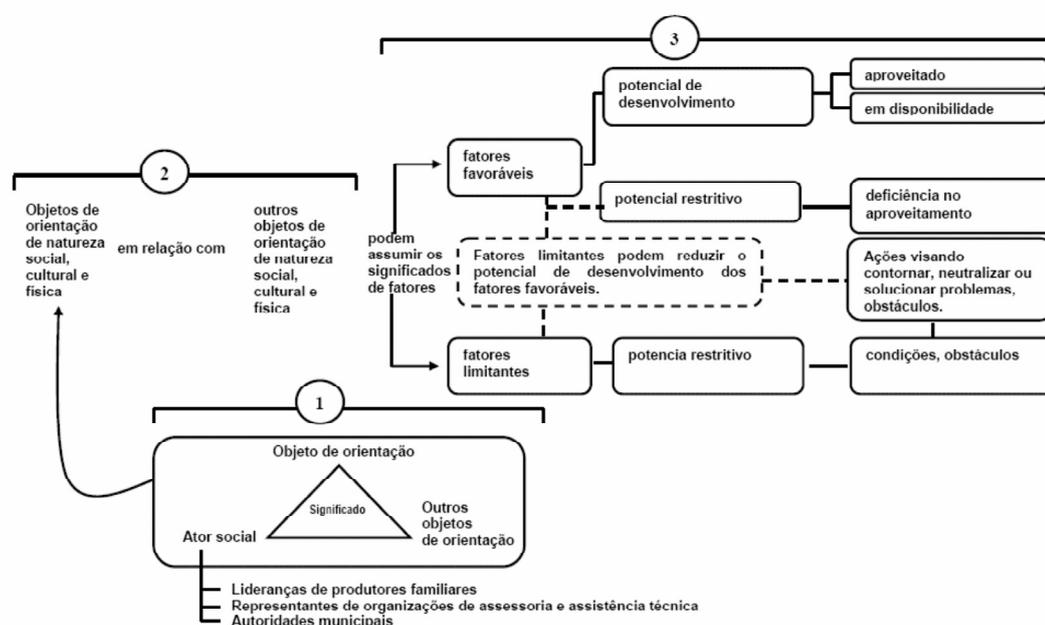


FIGURA 1 – Esquema geral para a construção de redes de significação.

Fonte: Alencar (2002, p. 8).

3 METODOLOGIA

Neste estudo, trabalhou-se com os dados coletados na segunda fase da pesquisa (2003-2005). Foram, nessa fase, entrevistados onze lideranças de produtores familiares, doze técnicos que trabalhavam com agricultura familiar e doze autoridades das cidades onde residiam os produtores entrevistados⁵. Para coleta de dados, utilizou-se o método “entrevista focalizada” (*focused-interview*), que possui as seguintes características: a) está centrado em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (ALENCAR & GOMES, 1998).

Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, em que as pessoas são escolhidas por preencherem certos critérios e pela relevância de suas informações. Por liderança de agricultores familiares, entendem-se aqueles produtores

que mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. Foi encaminhada à direção regional da EMATER-MG¹, uma carta solicitando a indicação de cinco nomes de produtores que mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar no sul de Minas Gerais. Os nomes indicados por essa instituição foram cruzados, sendo selecionados os produtores familiares que haviam sido apontados duas ou mais vezes.

O processo de seleção dos profissionais de ciências agrárias foi semelhante. Solicitou-se à direção dessas organizações a indicação de três assessores que assistem à agricultura familiar e que atuam na área de estudo, preferencialmente há mais de dois anos. A inclusão, neste estudo, dos profissionais de ciências agrárias decorreu do papel estratégico que as suas instituições podem desempenhar no processo de desenvolvimento regional. Portanto, estavam mais habilitados a fornecer informações que a pesquisa demandava. Os critérios apresentados para a indicação dos extensionistas associam-se à necessidade de que esses indivíduos possuísem um bom conhecimento sobre o Sul de Minas e estivessem familiarizados com as políticas que orientam as atividades de suas organizações. O número de três indicações visou a uma possível

⁵ Alencar et al. (2005), Ferreira (2007) e Simão (2005).

⁶ Duas outras instituições de âmbito estadual foram contatadas mas atenderam as solicitações efetuadas.

pluralidade de percepção dentro das instituições que, provavelmente, não seria obtida com a indicação de um único profissional.

Com relação às autoridades municipais, selecionaram-se os responsáveis pelo setor agropecuário (prefeitos ou secretários de agricultura) dos municípios em que os agricultores familiares e assessores indicados exerciam suas atividades. A abrangência dessa categoria de atores sociais deve-se à necessidade de verificar as intervenções realizadas pelo executivo municipal quanto ao desenvolvimento da agropecuária familiar.

As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de uma hora e trinta minutos. A análise das entrevistas seguiu os seguintes passos: a) transcrição das fitas; b) leitura sistemática de todas as entrevistas; c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados); d) codificação das diferentes dimensões estabelecendo códigos para identificá-las (STRAUSS & CORBIN, 1999); e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes; f) montagem da rede de significação que enfatiza a generalização na forma de descrições gerais de dados combinados, advindos de dados verbais trabalhados durante a análise, construindo um sistema geral de combinações dos significados (KLUTH, 2000).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os objetos situacionais foram identificados pelos entrevistados tanto como fatores favoráveis e ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiares na RSMG. Entretanto, devido ao amplo número de fatores identificados, utilizou-se o esquema geral para a construção de redes de significação (Figura 1) dos fatores que tiveram maior frequência nos depoimentos dos entrevistados, apresentando, assim, o potencial de desenvolvimento e as deficiências no aproveitamento dos fatores favoráveis e o potencial restritivo dos fatores limitantes. Na construção das redes de significação, observou-se que os fatores estruturais foram os mais mencionados. Isso se justifica pelo fato de o termo desenvolvimento agropecuário estar vinculado, principalmente, aos atributos dos campos físico, distributivo, sustentável, econômico e político da RSMG, bem como a outras estruturas que estejam localizadas fora da região. No entanto, isso não pressupõe a exclusão dos sujeitos, principalmente do produtor familiar, com seus valores culturais, conhecimentos e interesses.

4.1 Rede de significação dos fatores edafoclimáticos

Com relação ao campo físico que envolve a RSMG, observou-se que a conjugação dos fatores edafoclimáticos favoráveis (clima, altitude, solo, topografia e recursos hídricos) permite diversas formas de produção, bem como potencializa a prática da diversificação. O clima foi considerado como um fator edafoclimático favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar na RSMG, pois, apresentam estações bem definidas, com bons índices pluviométricos, facilitando o cultivo de vários produtos, principalmente café e frutas.

O clima é bem definido, vamos falar, assim, tem índice pluviométrico muito bom, isso é a base da agricultura. A seca acontece durante o café [a colheita do café] que é a área em que a gente mais trabalha. Então, o inverno seco, o período de chuva bem distribuída durante o ciclo, então, isso favorece o bom desenvolvimento das culturas (A., profissional de ciências agrárias).

A RSMG também possui altitudes elevadas, facilitando, principalmente, o cultivo de café, evitando que esse seja atingido por grandes geadas. Os entrevistados também atribuíram ao solo da região um bom índice de fertilidade, o que resulta em ganhos de produtividade. No entanto, este fator depara-se com deficiências em seu aproveitamento, pois, na perspectiva de alguns atores entrevistados, falta conscientização dos produtores sobre as técnicas de conservação do solo.

Tem gente que faz a agricultura extrativista. Só retira. Não coloca nada no solo, não faz controle de erosão, não faz a proteção de nascentes (E., profissional de ciências agrárias).

O que consideraram falta de conscientização apresenta-se, em alguns depoimentos, como resultado do baixo nível de escolaridade dos produtores e também pela carência de divulgação de informações sobre o manejo do solo, as quais poderiam ser mais disseminadas pelos órgãos governamentais ligados à agropecuária.

Já a avaliação da topografia como fator favorável dependeu do relevo da área em que o entrevistado atuava ou possuía sua propriedade, uma vez que a RSMG apresenta tanto topografias planas como também acidentadas. Para os entrevistados que identificaram a topografia como fator favorável, as localidades que apresentam topografia plana proporcionam alguns benefícios, uma vez que facilitam o

uso de práticas de cultivo mecanizadas. No entanto, esses benefícios nem sempre são explorados, pois, no contexto geral, os produtores familiares não dispõem de recursos financeiros para adquirirem máquinas e equipamentos, o que restringe o uso eficiente desse fator.

A presença de recursos hídricos na RSMG, como represas, rios e nascentes, também foi mencionada como um fator favorável por alguns entrevistados, pois facilitam a irrigação de algumas culturas. No entanto, nem todos os produtores familiares utilizam a irrigação, uma vez que os equipamentos necessários exigem investimentos elevados. Portanto, como na mecanização proporcionada pelas topografias planas, a irrigação é restringida pela escassez de recursos financeiros dos agricultores. Como meio para contornar tal limitação sugerem políticas de crédito que financiem a compra de máquinas e equipamentos a juros baixos, resultando assim em um melhor aproveitamento da topografia e dos recursos hídricos.

Além disso, os entrevistados também consideram que os recursos hídricos estão expostos às diversas formas de degradação ambiental, principalmente no que concerne à poluição das bacias hidrográficas, causada pela eliminação de resíduos industriais, esgoto doméstico e agrotóxico. Também observaram que os seus impactos podem até contaminar as atividades desenvolvidas pelos agricultores. Para contornar essa limitação, uma das soluções apontadas seria o cumprimento das leis ambientais já existentes no país e que os órgãos fiscalizadores deveriam ser mais enérgicos na fiscalização, multando os infratores.

4.2 Rede de significação dos fatores distributivos

Do ponto de vista distributivo, as pequenas propriedades presentes na RSMG também foram caracterizadas como um fator favorável, pois absorvem a mão-de-obra familiar e, conseqüentemente, garantem a permanência dos produtores familiares no meio rural. Em decorrência de sua estrutura agrária, considerou-se que na RSMG não há indícios de conflitos sociais oriundos do acesso à terra, o que foi interpretado pelos entrevistados como um fator favorável.

Eu acho que o grande forte aqui, a meu ver, é a reforma agrária hereditária. A reforma agrária feita na cama. As famílias foram se subdividindo, dividindo, isso é um ponto forte. A concentração de pessoas por área é muito grande. Pra mim, é isso, eu acho a reforma agrária hereditária (A., profissional de ciências agrárias).

As pequenas propriedades não oferecem apenas meios de subsistência para os produtores familiares, segundo os entrevistados. Observam que esses produtores podem cultivar e comercializar, principalmente, produtos perecíveis como, por exemplo, hortaliças e a frutas. Entretanto, esse fator é parcialmente explorado, pois faltam políticas públicas que incentivem a agricultura familiar a produzirem e comercializarem seus produtos.

Além disso, o profissional de ciências agrárias e o representante da administração municipal ressaltaram que a agropecuária familiar da RSMG não tem sido explorada adequadamente, pelo fato de os produtores familiares não formarem um grupo organizado e serem avessos ao associativismo. Para esses dois entrevistados, os produtores deveriam se associar em organizações, o que poderia resultar em ações reivindicatórias junto ao Estado no sentido de que fossem formuladas políticas de incentivos financeiros e fossem realizados investimentos públicos para a implantação de infra-estrutura de comercialização. Eles apontaram também a escassez de técnicos nas instituições públicas que prestam assessoria aos produtores sul-mineiros, como um fator que restringe as potencialidades da agricultura familiar. Pois, em alguns casos, os produtores familiares só possuem assistência técnica de revendedoras, as quais estão interessadas, exclusivamente, em comercializarem seus produtos.

Existe uma carência de técnicos para orientar esses pequenos produtores. Então, a maioria deles fica à mercê da orientação das revendas, cujo objetivo é a venda dos seus produtos. Isso é uma bomba, mas é verdade. A revenda quer vender os seus produtos, não importa quanto o produtor vai pagar, nem o que ele vai colher (J., autoridade municipal).

4.3 Rede de significação dos fatores sustentáveis

Com relação à sustentabilidade, observou-se que alguns entrevistados interpretam a agricultura orgânica, a diversificação agrícola e o turismo rural como alternativas sustentáveis ao desenvolvimento da agricultura familiar da RSMG. A agricultura orgânica foi interpretada como um fator favorável, uma vez que está associada a uma nova forma de racionalidade que integra duas vertentes, a ambiental e a social. Associa-se a vertente ambiental, pois muitos produtores possuíam consciência sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, adotando, assim, a prática da agricultura orgânica. Cultivam a terra sem a utilização de insumos industrializados, tais como

fertilizantes e herbicidas, os quais eram percebidos como causadores de danos ao meio ambiente, danificando o equilíbrio dos recursos naturais. Identificou-se que este tipo de agricultura também apresenta uma relevância social, pois ele inclui os produtores familiares em um mercado diferenciado, agregando valor aos seus produtos orgânicos e também representa uma melhoria de qualidade de vida para esses atores, uma vez que exercem suas atividades sem correrem o risco de contaminação com agrotóxicos.

Imagina que a agricultura familiar é assim, mas é também associada à agricultura orgânica. Porque assim ela vai estar preservando mais sua terra, seu meio ambiente, sua água. E os produtores têm uma vida melhor também, à medida que não lida com venenos (S., produtor familiar).

Diferencial ecológico, diferencial social, eu fico impressionado de vê. Eu fui pra essa feira na Alemanha, gente o que que é aquilo? É monstruoso, gente do mundo inteiro, aquilo fervilhando, chamando a gente de maluco. Gente desse mercado movimentada bilhões e bilhões de dólares, tem tudo, tem café. Tem mais, tem roupa orgânica, tem perfume orgânico, tem chá orgânico, e nós aqui discutindo mamona, sabe! Isso me dá uma agonia, sabe! Não é possível, gente acorda! Vamos aproveitar isso, tem gente querendo pagar por um diferencial social que você apresente! (S., profissional de ciências agrárias)

Entretanto, existem fatores que inibem o desenvolvimento da agricultura orgânica na RSMG, dentre eles, a falta de apoio das instituições, como por exemplo, as universidades com cursos de graduação e pós-graduação em engenharia agrônoma. Segundo os entrevistados, em algumas instituições de ensino, a formação do engenheiro agrônomo não tem contemplado disciplinas relacionadas às questões de sustentabilidade. Portanto, um grande contingente de profissionais de ciências agrárias ao ingressarem no mercado de trabalho possuem somente conhecimento sobre a agricultura convencional e muito pouco sobre os benefícios sociais e ecológicos proporcionados pela agricultura orgânica.

(...) a agronomia ainda não está muito aberta para este tipo de técnica que é a agricultura orgânica e existe muita resistência pelo que eu tenho ouvido, o que é uma pena. Espero que isso mude enquanto é tempo, porque os solos estão perdendo sua fertilidade e o meio ambiente está seriamente comprometido (S., produtor rural).

O turismo rural também foi apresentado como uma das formas de garantir a sustentabilidade ambiental na RSMG, pois ela é dotada de uma ampla biodiversidade, criando, assim, um quadro favorável para que os turistas tenham contato com a natureza. Avaliou-se que, ao explorarem os atributos locais de suas propriedades, os produtores familiares teriam um novo meio de gerar rendas. No entanto, foi levantado que o potencial ecológico da RSMG não tem sido explorado, em decorrência da falta de planejamento, do desinteresse dos governantes municipais e também dos produtores familiares para desenvolver essa modalidade turística.

A diversificação agrícola também foi caracterizada como um fator favorável ao campo econômico e à sustentabilidade ambiental da RSMG. Com a prática de diversas atividades, os produtores ficam menos sujeitos às oscilações de um único mercado, minimizando os seus riscos. Além disso, considerou-se que a diversificação agrícola, quando bem orientada, passa a ser um sistema de manejo adequado dos recursos naturais, pois os produtores familiares podem alternar culturas sem danificar os elementos físicos da natureza e também conservar e ou recuperar a biodiversidade local. Entretanto, apesar de a RSMG apresentar potencial para desenvolver a diversificação agrícola, esta tem sido explorada de forma parcial, visto que uma das principais características da região é a especialização em café e leite, atividades usualmente denominadas de tradicionais. Na perspectiva de alguns entrevistados, esta especialização é fruto de um fator não estrutural, ou seja, da tradição. Nesse sentido, é compreendida como repassada de geração a geração. Todavia, existem elementos estruturais que contribuem para que essa tradição persistisse. Tratam-se das benfeitorias existentes em grande parte das propriedades para a produção de café e leite, como também da infraestrutura regional para o beneficiamento e a comercialização dos dois produtos. Optam, assim, por uma estratégia de economia de escala que, para gerar aumento de renda, depende tanto de um aumento na produtividade como também de sinais positivos no mercado (elevação dos preços). Além disso, há uma carência de projetos que incentivem a busca de fontes alternativas de renda para o agricultor e sua família. Em geral, eles reclamam da ausência de uma política de preços mínimos e subsídios que ofereça segurança para produzir e planejar novos investimentos.

4.4 Redes de significação do campo econômico

No campo econômico, observou-se que a RSMG apresenta uma estrutura sólida de comercialização,

dispondo de canais de comercialização para os seus principais produtos, isto é, o leite e o café. Além disso, a RSMG possui uma localização estratégica, por estar próxima aos grandes centros consumidores, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, facilita, o escoamento da produção, visto que encontram-se nesses centros pontos de comercialização interna, como as Centrais de Abastecimento (CEASA's) e comercialização externa, como as *tradings* e os portos marítimos.

Porque hoje, vender café é muito fácil. Porque hoje, café, você tem despachante, armazém, exportador, tem um porto seco aqui em Varginha, tem toda estrutura montada. É muito fácil vender café hoje. Eu chego lá no armazém vendo e acabou. Isso dá uma garantia, por mais que o preço esteja uma porcaria, pelo menos, é uma garantia de que ele tem onde vender (S., profissional de ciências agrárias).

Entretanto, essa localização também favorece a ação de intermediários ou “atravessadores”, que compram a produção por um determinado valor e revendem por um valor superior nos grandes centros. Em alguns casos, o produtor familiar submete a sua produção aos intermediários, pois lhe faltam meios para o transporte do produto até os pontos de venda, reduzindo, assim, a sua lucratividade. Na visão dos entrevistados, uma possível solução para este problema seria a formação de associações ou cooperativas de produtores. Assinalam que poderiam, em conjunto, comercializar grandes volumes diretamente com atacadistas ou varejistas, sem a presença do intermediário. Associados, poderiam dividir o custo de transporte e construir instalações tecnologicamente adequadas para o armazenamento do produto. Outra alternativa seria a criação de agroindústrias pelos próprios produtores, que beneficiariam seus produtos, agregando-lhes valor.

Eu vejo a comercialização como um grande entrave para o pequeno produtor, ele tem que se agrupar. Existem casos que dão certo mas, em caso que dá certo, sempre tem uma parceria, um algo mais pra temperar esta agregação entre produtores pra vender e comercializar (C, autoridade municipal).

O potencial restritivo da comercialização foi também contextualizado, juntamente com outros aspectos, como a falta de planejamento, o sistema de armazenamento precário e a falta de agroindústrias organizadas pelos produtores. É comum ocorrer, nas propriedades familiares, um aumento

da produção e da produtividade, mas, devido à lei da oferta, os preços caem. Por outro lado, um ganho de produtividade nem sempre pode ser assumido como um aumento de renda, pois tal aumento pode ser captado unicamente pelos intermediários comerciais. Por conseguinte, não se trata apenas de preocupar com questões que advêm de dentro das propriedades, mas, principalmente, com as questões que estão fora das propriedades. Por isso, os agricultores familiares devem olhar, primeiramente, para os mercados, ver seus sinais e produzir aquilo que tem demanda, identificando possíveis perspectivas de integração agroindustrial.

Não adianta eu querer ter uma produção grande de banana, sendo que eu vou consumir 10% na família e os outros 90% eu tenho que vender. Será que o comércio precisa disso? Será que nós vamos ter como levar? (A., produtor familiar).

Ainda na vertente econômica, entrevistados indicaram a falta de recursos financeiros como um fator limitante que impede a modernização tecnológica das atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidade familiares, o que limita o aumento de produtividade e ou a redução de custos. Verificou-se, na visão dos entrevistados, que a ausência de políticas agrícolas agrava ainda mais essa limitação, uma vez que para eles o Estado oferece poucas linhas de crédito, sendo o Pronaf, o mais expressivo. Entretanto, os critérios que permeiam a concessão de recursos financeiros por intermédio deste programa eram percebidos como ineficientes. Entrevistados relataram ser comum ocorrer uma defasagem de tempo entre a liberação dos recursos e o período de cultivo dos produtos.

Em agricultura, existe datas, porque são todas as culturas são dependentes de chuva. Tem que fazer trato cultural na hora exata, tem que plantar no início da chuva, existe data pra isso. E esse crédito não chega no início da safra. O crédito, aqui pra nós, chega em janeiro e ele deveria chegar em outubro, que é o início do plantio e fim da safra. Então, ele chega faltando e na hora errada, em janeiro. É o que tem acontecido. (L., profissional de ciências agrárias)

4.5 Rede de significação do campo político

Foram poucas, na percepção dos entrevistados, as ações, originadas do Estado, consideradas como fatores favoráveis ao desenvolvimento regional e, especialmente,

à agricultura familiar. Apresentaram como favoráveis, o Pronaf e algumas ações de instituições de apoio, como universidades, escolas agrotécnicas, escritórios da Emater, Epamig e Senar. Entretanto, mencionaram que a prestação de serviços como, por exemplo, a assistência técnica, não consegue atender a todos os produtores familiares, pois a Emater possui um restrito quadro de extensionistas.

Coqueiral, por exemplo, aqui eu faço o trabalho de extensão. Desses 951, eu atendo ai uns 400 produtores com eficiência, é aonde eu consigo chegar. Os demais a gente tenta fazer reuniões, tenta chegar lá, mas a gente não consegue atender. Uma pessoa ter 150 clientes com eficiência tudo bem, mas a partir do momento que você passa a atender mais, a eficiência passa a diminuir, pois você não consegue chegar até eles. Então eu acho que falta pessoal da extensão (...) (L., profissional de ciências agrárias).

Além disso, entrevistados consideram que os serviços prestados pelas demais instituições nem sempre contemplam a realidade territorial da RSMG, ao desenvolverem pesquisas e ao prestarem serviços que ficam aquém das necessidades dos produtores familiares. Portanto, as organizações públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola deveriam, para esses entrevistados, desempenhar suas ações, considerando as reais experiências vividas pelos atores do meio rural.

(...) Eu sou bastante sincero nessa questão (...) Olha, a pesquisa, eu acho que, eu não sei se ela tem conhecimento, de que pra ela ser uma pesquisa assim, apurada, ela precisa da contribuição da produção (...) Acham que não tem mais nada a ser acrescentado. Aquilo, ela já se sente como satisfatório os resultados obtidos dentro do laboratório, quando, na verdade, é onde a gente vai experimentar muitas pesquisas, aplicação das pesquisas. A gente acaba, então, se dando conta de que realmente havia alguma coisa a mais a ser feito. Então, sei lá, eu acho que é até uma certa prepotência até das pesquisas (A., produtor familiar).

Os entrevistados também incluíram entre as condições que limitam o potencial de desenvolvimento das organizações na RSMG fatores localizados no nível macroestrutural, como as políticas econômicas. Para os atores entrevistados, as organizações mencionadas poderiam desenvolver melhor a capacitação profissional ou assistência técnica, caso o Estado proporcionasse maior

disponibilidade de recursos financeiros. Enfatizaram também a necessidade de essas instituições desenvolverem trabalhos em parcerias, o que poderia resultar em um uso mais racional dos poucos recursos financeiros existentes e proporcionar melhores resultados em suas áreas de atuação.

Do mesmo modo, os dados desta pesquisa apontam à necessidade de as instituições de extensão rural da RSMG estarem mais presentes no dia a dia dos produtores familiares, desenvolvendo, assim, trabalhos que estimulem o aprendizado por meio da participação comunitária. Com o envolvimento dos produtores familiares, as ações dessas instituições serão menos tutoriais e os produtores serão estimulados a descobrirem, juntamente com os agentes de extensão rural, formas de potencializar seus fatores e ou reduzir os obstáculos impostos pelos fatores limitantes.

A ausência de políticas agrícolas também foi caracterizada pelos entrevistados como um fator limitante, visto que há poucas linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, inexistência de uma política de preço mínimo que desse segurança ao agricultor e ausência de projetos que estimulem a busca de fontes alternativas de renda. Os entrevistados também afirmam que as poucas políticas existentes priorizavam a agricultura em detrimento da agricultura familiar, uma vez que faltam representantes dos produtores familiares nas assembleias estaduais e no congresso.

Ah, no caso, seria um incentivo do governo federal a agricultura, ao pequeno produtor principalmente, porque os grandes já tem condições. Os grandes agropecuaristas são intocáveis, mas o pequeno produtor, ele não tem força, se não tiver incentivo. Se não tiver aquele impurrão, ele jamais vai progredir, né? (J. autoridade municipal)

4.6 Rede de significação sobre a dimensão humana

Com relação aos fatores da dimensão humana, observou-se que o desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG compreende a ação de vários sujeitos. Entretanto, os entrevistados mencionaram apenas características subjetivas pertencentes aos produtores familiares, como o tradicionalismo/vocação e a falta de mobilização dos produtores para as práticas associativistas. Analiticamente, pode-se atribuir à vocação, ou tradição, o papel de habitus dos produtores familiares, uma vez que trata-se de um fator inerente a um sistema histórico de relações sociais da agricultura familiar na RSMG, no qual as práticas de cafeicultura e de pecuária leiteira são repassadas de geração

a geração, criando, assim, um forte sentimento de identidade.

(...) Eu amo a lavoura de café, gosto. Eu tou trabalhando lá nó meio lá, eu fico assim fazendo plano, imaginando. Eu gosto mesmo do cultivo, gosto de apanhar o café. Olha a minha mão pro cê vê, cê entendeu? E gostoso cê mexer, cê fazer uma coisa que cê se sente bem (...) (C, produtor rural).

Portanto, trata-se de um fator cultural que atua favoravelmente ao desenvolvimento da agropecuária, pois existe na região uma estrutura sólida de produção e comercialização para os produtos tradicionais, resultando, assim, em mais segurança.

A região inteira é café. Então, já tem as cooperativas, então, pela facilidade de mercado, principalmente. Porque produzir, hoje, é muito fácil. Difícil é o cê comercializar o seu produto, é a hora do cê tirar seu lucro. Esse que é o problema sério (J., produtor familiar).

Entretanto, por outro lado, o predomínio de atividades tradicionais torna os produtores familiares resistentes à diversificação agrícola, bem como à adoção de inovações tecnológicas.

Então, ele é avesso porque ele fala: “eu vou deixar o certo pelo incerto”. Então eu acho que tem esses dois fatores, o cultural e essa facilidade que esses produtos tradicionais têm já instaladas, essa capacidade instalada (S., profissional de ciências agrárias).

Já a falta de mobilização dos produtores familiares foi associada ao sentimento de competitividade entre eles, os quais não interpretam a possibilidade de que a união, por meio de associações ou cooperativas, possa resultar em aproveitamento das potencialidades ou redução das limitações da RSMG. Portanto, transparece a interpretação de que existe a predominância do pensamento individualista e concorrencial em detrimento da união e da cooperação.

O associativismo podia, de certa forma, ser uma forma de solução para esses problemas, desde que houvesse um associativismo que cumprisse a palavra de associativismo. Porque associações já têm demais, não

precisa criar mais. Precisava mudar a cultura do produtor e do associativismo. Tirar o individualismo e passar para o associativismo. Só que cultura você não se muda ela. Vou até te falar que é eterna. Tecnologia você muda de um ano pro outro, mas cultura você não muda. Você leva dois mil anos para mudar uma cultura e talvez não consiga, mesmo que tenha que morrer pra isso. No Sul de Minas, eu creio que vai ser difícil mudar. Aqui predomina produtores familiares individualistas, são famílias individualistas com sua cultura e isso está aí pra todo mundo ver (L., profissional de ciências agrárias).

A resistência às práticas associativistas também foi relacionada a outro aspecto subjetivo atribuído aos produtores familiares: a desconfiança. Em geral, os produtores familiares foram percebidos como pessoas que desconfiam dos benefícios que as práticas associativistas podem proporcionar e interpretam o fracasso de outras tentativas de associativismo como um processo que tende a se perpetuar, dificultando, assim, a formação de associações ou cooperativas.

Existe resistência, que é sempre o mesmo problema. Todo mundo acha que quem está ali na frente da associação, estará tentando tirar proveito próprio, que não vai enxergar a comunidade. Então eles são muito desconfiados. A própria topografia aqui acaba favorecendo isso, ninguém sabe o que está atrás da outra montanha. Todo mundo é desconfiado (...) Acha que as coisas vão tocando, não quer saber o que o vizinho está fazendo e assim vai. Só que agora, a água está subindo muito, eles vão ter que aprender a nadar. Agora o negócio está ficando muito apertado pra eles. Então, eu acho que agora está favorável pra eles começarem a ver que o jeito é se associar (S., profissional de ciências agrárias).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a realidade social, na qual está inserida a agropecuária familiar na RSMG, pode-se observar que ela apresenta tanto fatores favoráveis como fatores limitantes ao desenvolvimento rural. A classificação desses fatores em favoráveis e ou limitantes foi realizada conforme a percepção dos atores sociais envolvidos no estudo. Entretanto, em algumas justificativas sobre a classificação desses fatores, a interpretação dos atores sociais pode ser divergente do real cenário da RSMG, uma vez que esses atores interpretam o ambiente em que atuam a partir dos

significados que os objetos de orientação têm para eles. Identificaram-se diferentes categorias de fatores que vão desde aspectos específicos das atividades produtivas a características sócio-culturais e organizacionais vinculadas à agropecuária na RSMG. Observou-se que o aproveitamento do potencial de desenvolvimento dos fatores favoráveis é parcial, devido à interferência restritiva de alguns fatores limitantes e os fatores limitantes demandam ações que visam à solução ou à redução de suas limitações. Todavia, tais ações, além de demandarem a participação do agricultor familiar, subentendem a noção de interdisciplinaridade por envolverem diferentes áreas do conhecimento.

Pode-se concluir que a interpretação dos entrevistados em relação aos fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento agropecuário da RSMG justifica o uso da teoria da ação social neste trabalho, visto que esses fatores são determinados tanto pela estrutura como também pelos fatores subjetivos que regem as ações dos produtores familiares. Se não há uma superação do dualismo entre sujeito e objeto ou entre a micro ou macroanálise, pelo menos mostra que a análise da interpretação dos atores sociais pode contemplar essas duas dimensões. Os resultados desta pesquisa também apontam a necessidade de se aprofundar em outras questões que podem envolver tanto a estrutura como também o sujeito. Com relação à estrutura, sugere-se um trabalho para verificar se as universidades e instituições de pesquisa da RSMG incorporam, nas suas diretrizes, dimensões que se aproximam das interpretações reveladas por esta pesquisa e se tais dimensões estão também presentes nas justificativas dos projetos de professores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Com relação ao sujeito, sugere-se que seja realizado um estudo mais profundo para identificar o sentido que essa vocação/tradição assume para os produtores familiares da RSMG, tendo como suporte teórico, por exemplo, o construcionismo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, R. L.; MIELITZ NETO, C. G. A. É possível pensar desenvolvimento pequena produção agrícola na conjuntura atual a partir de políticas essencialmente agrícolas? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.
- ALENCAR, E. **Análise do significado**. Lavras: UFLA/DAE, 2002. 45 p. Roteiro de aula.
- ALENCAR, E.; AMÂNCIO, R.; SIMÃO, A. A.; FERREIRA, P. A.; CARVALHO, J. F.; SANTANA, A. C. **Agropecuária sulmineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa**. Lavras: DAE/UFLA, 2005. 120 p. (Relatório de pesquisa).
- ALENCAR, E.; ESPÍRITO SANTO, L. S.; ANDRADE, M. P.; INOUE, M. Y.; FONSECA, W. M.; MATOS, W.; GRANDI, D. S.; ANDRADE, D. M. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais: um estudo com lideranças rurais e profissionais de ciências agrárias**. Lavras: UFLA/DAE, 2001. 65 p. (Relatório de Pesquisa).
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.
- ASENSI, F. D. **O espaço da ação coletiva na teoria da estruturação de Anthony Giddens**. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufn.br/imagens/3gidde.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2005.
- ASSIS, T. R. P.; RIBEIRO, E. M. Agricultura familiar, organizações territoriais de desenvolvimento (OTDS) e políticas públicas: estudos de caso em Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2005. CD-ROM.
- BANDURA, A. Social cognitive theory: an agentic perspective. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 52, p. 1-26, Feb. 2001.
- BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e agronegócio. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPQ, 2002. p. 85-94.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003. 127 p.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Paripus, 1996. 231 p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 247 p.
- CARDOSO, C. F. S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEBITARESE, A. L.

- (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 301 p.
- CARNEY, D. **Changing public and private roles in agricultural service provision**. London: Overseas Development Institute, 1998. 90 p.
- ESPÍRITO SANTO, L. S. **Potencialidades e limitações da agropecuária sulmineira na perspectiva de profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores rurais**. 2000. 88 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.
- FERREIRA, P. A. **Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais: um diagnóstico fundamentado na abordagem interpretativa**. 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2001.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 1989. 317 p.
- GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 201 p.
- GUEDES, C. G. **Participação da agricultura familiar no agronegócio**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. 22 p. Disponível em: <http://www.agr.unicamp.br/conbea04/posprod/htmls/guedes/agricfamiliaf_guedes.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2006.
- JONES, P. **Studying society: sociological theories and research practices**. London: Collins, 1993. 182 p.
- JUNQUILHO, G. S. **Condutas gerenciais e suas raízes: uma proposta de análise à luz da teoria da estruturação**. *Revista de Administração Contemporânea*, p. 101-120, 2003. Edição especial. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_07/dwn/rac-v7-edesp-gsj.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2006.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e medidas**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2006.
- KLUTH, V. S. **A rede de significados: imanência e transcendência**. In: BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 106-140.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. 336 p. Título original: L'agriculture familiale.
- LAYDER, D. **Understanding social theory**. London: Sage, 1994. 230 p.
- LOYOLA, M. A. **Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 98 p.
- OAKLEY, P. **Projects with people: the practice of participation in rural development**. Geneva: International Labour Office, 1991. 284 p.
- OAKLEY, P.; GARFORTH, C. **Guide to extension training**. Rome: Food and Agriculture Organization of The United Nations, 1985. 144 p.
- PARSONS, T.; SHILS, E. A. **Hacia una teoria general de la acción**. Buenos Aires: Kapelusz, 1968. 555 p.
- PECI, A. **Estrutura e ação nas organizações: algumas reflexões sobre as perspectivas prevaletentes na teoria organizacional**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2002. CD-ROM.
- PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. **Desenvolvimento rural e o campo tecnocientífico: a construção de um discurso**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2005. CD-ROM.
- ROCHA, A. G. P.; PAULA, A. M. H. **Participação social e políticas de desenvolvimento rural**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2005. CD-ROM.

ROSA, S. L. C. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Paraná: [s.n.], 1999. CD-ROM.

SILVA, J. G. da. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, J. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 212 p.

SIMÃO, A. A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agro pecuária familiar sul mineira**. 2005. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basic of qualitative research: grounded theory procedures and a techniques**. Londres: Sage, 1990. 270 p.

TAYLOR, C. Interpretation and the sciences of man. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W. M. **Interpretive social science: a reader**. Los Angeles: University of Califórnia, 1979. p. 25-71.